



Boletim PNAD

Resultados da PNAD 2011 – Mercado de
trabalho – Janeiro de 2013



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)
Roberto Maximiano Pereira

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Armando Affonso de Castro Neto
Stefanie Eskereski Torres

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Laura Dantas

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Ilustração de capa
Stock.xchn/Billy Alexander

RESULTADOS DA PNAD 2011 – MERCADO DE TRABALHO

No final de setembro de 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2001 a 2011, incluindo a reponderação da série 2001-2009. A partir desta base de dados, a SEI passou a divulgar análises temáticas dos resultados da PNAD no formato de notas técnicas. Os primeiros temas divulgados foram trabalho infantil e rendimento. Neste número serão discutidas as principais mudanças no que se refere ao mercado de trabalho baiano considerando os 10 anos de informação. O conjunto das notas técnicas temáticas irá compor um texto para discussão de avaliação dos resultados da PNAD, a ser divulgado no site da SEI.

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA NO PERÍODO 2001 A 2011

Em termos gerais, pode-se afirmar que o mercado de trabalho na Bahia apresentou uma evolução positiva entre 2001 e 2011, sendo observado no período crescimento da ocupação; redução da taxa de desemprego; aumento da renda real do trabalho; diminuição da informalidade; maior participação das mulheres no mercado de trabalho; elevação da escolaridade do trabalhador, dentre outros aspectos. O gráfico a seguir mostra a taxa de desemprego do Brasil, da Região Nordeste e da Bahia.

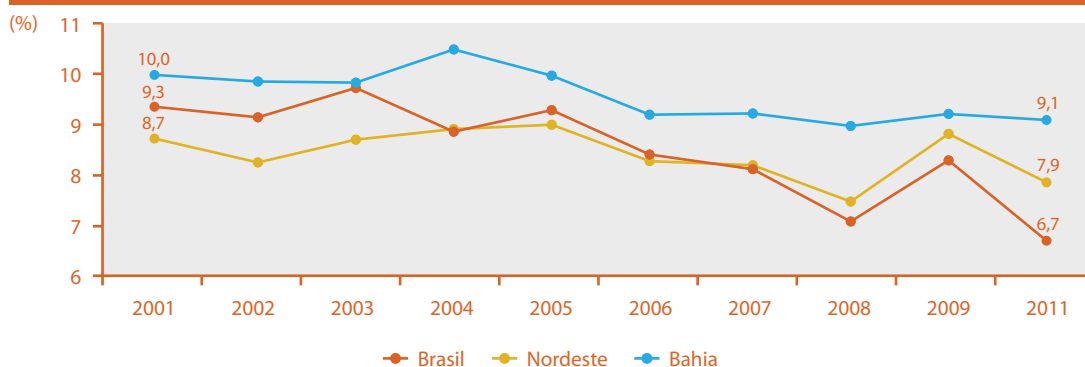
A taxa de desemprego na Bahia é, historicamente, superior às do Nordeste e do Brasil. Em 2001, enquanto as taxas de desemprego do Brasil e da Região Nordeste eram de 9,3% e 8,7%, respectivamente, a taxa baiana estava em 10%. Em 2011, o mercado de trabalho no país encontrava-se em um período de maior aquecimento do que há 10 anos, apresentando uma taxa de 6,7% de desemprego, enquanto o Nordeste exibia 7,9%, e a Bahia, 9,1%.

Considerando a população economicamente ativa por sexo, conforme se vê no Gráfico 2, a proporção de mulheres desocupadas é maior em todos os anos e em todos os níveis geográficos. Houve uma queda desta proporção entre 2001 e 2011, quando a Bahia saiu de 13,7% de desemprego entre as mulheres para 12,4%. Este indicador, para o conjunto do país, diminuiu de 11,9% no primeiro ano para 9,1% em 2011.

Já a desocupação entre os homens também seguiu a tendência de queda, principalmente em nível nacional, atingindo o resultado de apenas 4,9% de desempregados em 2011. No ano de 2001, Bahia e Brasil apresentavam a mesma proporção de homens desempregados (7,5%), enquanto o Nordeste exibia uma taxa de desemprego de 6,9%. Em 2011, o índice nordestino para os homens (5,7%) foi maior que o brasileiro e continuou menor que o baiano, que atingiu 6,5%, uma queda de 1 p.p. no período.

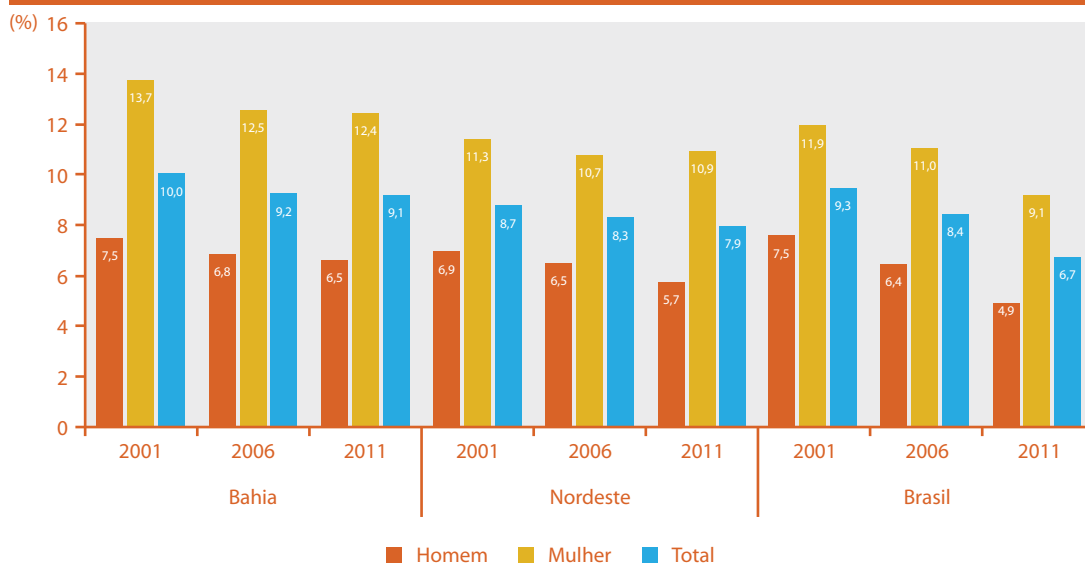
Quando se observa a taxa de desemprego por faixa etária, na Bahia, o índice é maior entre os jovens de 15 a 24 anos. O

Gráfico 1
Taxa de desemprego – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001-2011



Fonte: IBGE–PNAD 2001-2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Gráfico 2
Taxa de desocupação total e por sexo – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001/2006/2011



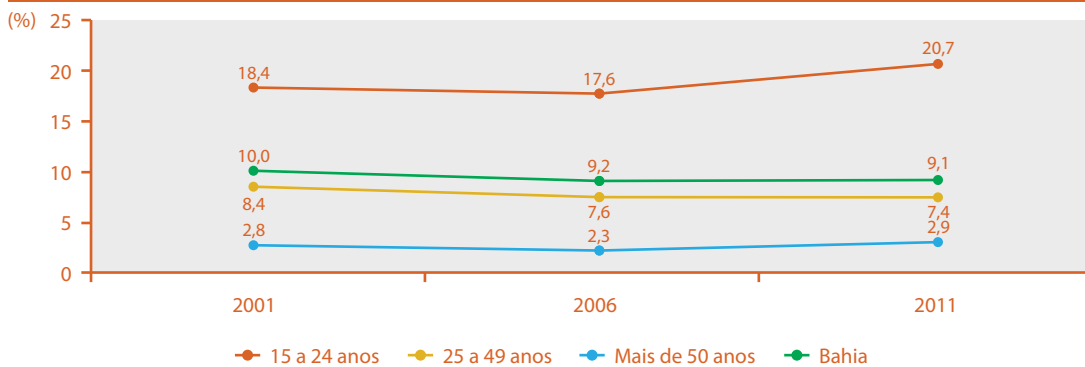
Fonte: IBGE–PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Gráfico 3 mostra que houve um aumento da taxa de desemprego dos jovens entre os anos de 2001 e 2011, de 18,4% para 20,7%. Vale ressaltar que, para o cálculo desta taxa, são considerados apenas os jovens que estavam desocupados e à procura de emprego na semana de referência. Entre os adultos de 25 a 49 anos que buscavam emprego na semana de referência em 2011, 7,4% estavam desempregados, queda de 1 p.p. em relação a 2001, quando eram 8,4% de desempregados. Os maiores de 49 anos são os que apresentam a menor taxa de desemprego, apenas 2,9% em 2011, índice um pouco maior que os de 2001 e 2006, que foram 2,8% e 2,3%, respectivamente.

O Gráfico 4 mostra a taxa de participação¹ total e por gênero para a Bahia, o Nordeste e o Brasil. Nos três níveis geográficos, as taxas de participação total foram bem próximas nos três anos analisados, ficando em torno de 60%. Quando se observa este índice por gênero, a participação masculina permanece relativamente estável, apresentando uma pequena queda em 2011, visto que na Bahia passou de 73% em 2001 para 71,9% em 2011 e, no Brasil, passou de 72,8% em 2001 para 70,8% em 2011. Isto foi reflexo do crescimento da renda familiar e conseqüente retardamento da entrada no mercado

1 A taxa de participação corresponde à proporção da população economicamente ativa (PEA) em relação à população em idade ativa (PIA). A PIA corresponde à população de 10 anos ou mais, ao passo que a PEA abarca apenas os que estão no mercado de trabalho, ocupados ou não. A parte da PEA não ocupada, procurando emprego, é considerada desempregada.

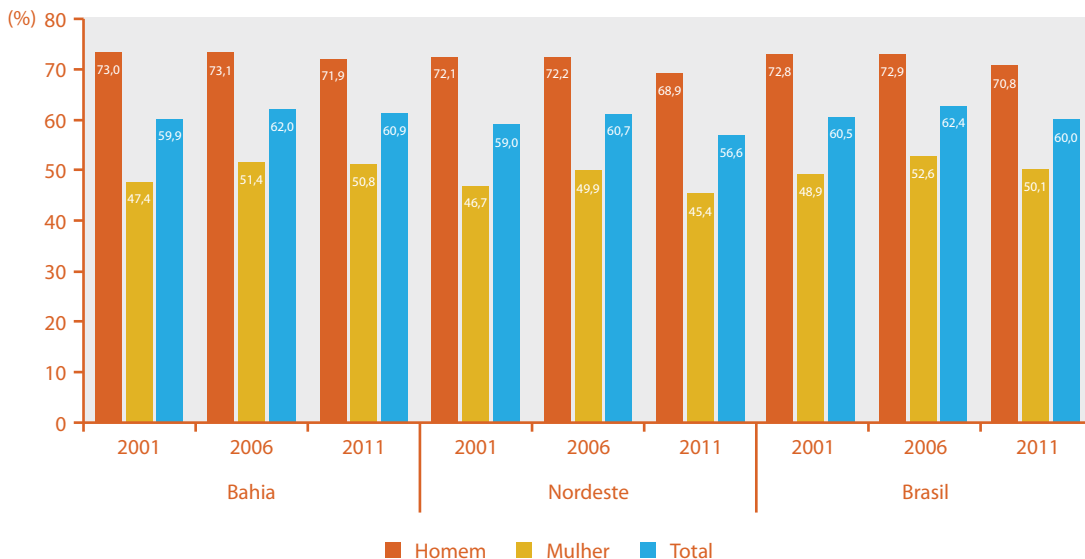
Gráfico 3
Taxa de desocupação por faixa etária – Bahia – 2001/2006/2011



Fonte: IBGE–PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

de trabalho pelos jovens, e também de mudanças demográficas, com crescimento da inatividade decorrente do envelhecimento da população. A participação feminina, tanto em nível estadual, quanto nacional, teve um aumento em relação ao ano de 2001, de 47,4% para 50,8% em 2011 na Bahia, e de 48,9% para 50,1% em 2011 no Brasil. É interessante observar que, nos dois níveis, a participação feminina no mercado de trabalho era maior em 2006, 51,4% na Bahia e 52,6% no Brasil, o que reforça o peso dos fenômenos mencionados como desaceleradores do crescimento da taxa de participação. Com relação ao Nordeste brasileiro, vê-se que a participação das mulheres teve uma pequena elevação em 2006, quando passou de 46,7% para 49,9%, porém caiu para 45,4% em 2011, índice menor que os encontrados para o Brasil e a Bahia.

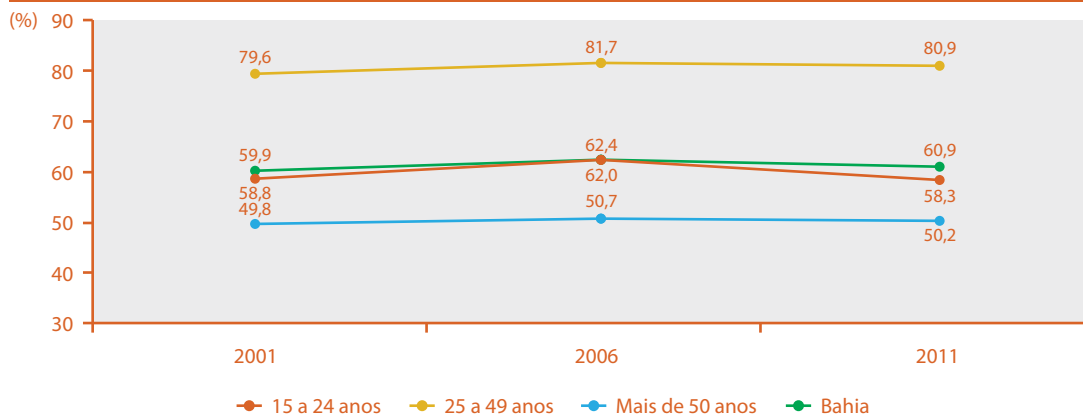
Gráfico 4
Taxa de participação total e por gênero – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001/2006/2011



Fonte: IBGE–PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Dentre os inseridos no mercado de trabalho na Bahia, a maior taxa de participação é dos adultos entre 25 e 49 anos, que tiveram uma participação próxima a 80% nos três anos analisados, saindo de 79,6% em 2001 para 80,9% em 2011, passando por 81,7% em 2006. Entre os jovens de 15 a 24 anos, a participação se manteve estável entre 2001 e 2011, com 58,8% e 58,3%, respectivamente. Porém, em 2006, o indicador estava em 62% para os jovens de 15 a 24 anos, sendo este o grupo com maior redução de participação entre 2006 e 2011. Isso corrobora a tese de retardamento da entrada no mercado de trabalho em virtude da expansão familiar da renda. Os trabalhadores maiores de 50 anos apresentaram índices próximos a 50%.

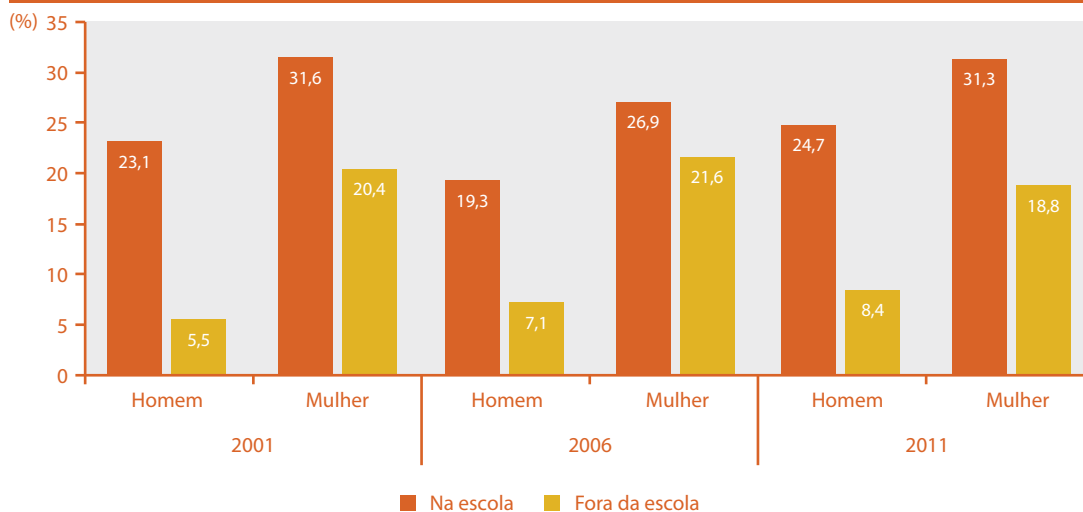
Gráfico 5
Taxa de participação por faixa etária – Bahia – 2001/2006/2011



Fonte: IBGE—PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Entre os homens baianos de 15 a 24 anos, em 2011, 24,7% estavam fora do mercado de trabalho, porém na escola², enquanto 8,4% estavam fora do mercado de trabalho e da escola, índice maior que o visto para 2001, que era de 5,5%, como se pode observar no Gráfico 6. Entre as mulheres de 15 a 24 anos, 31,3% estavam fora do mercado de trabalho, porém na escola, em 2011, enquanto 18,8% estavam fora do mercado de trabalho e da escola.

Gráfico 6
Jovens de 15 a 24 anos de idade fora do mercado de trabalho, por gênero – Bahia – 2001/2006/2011



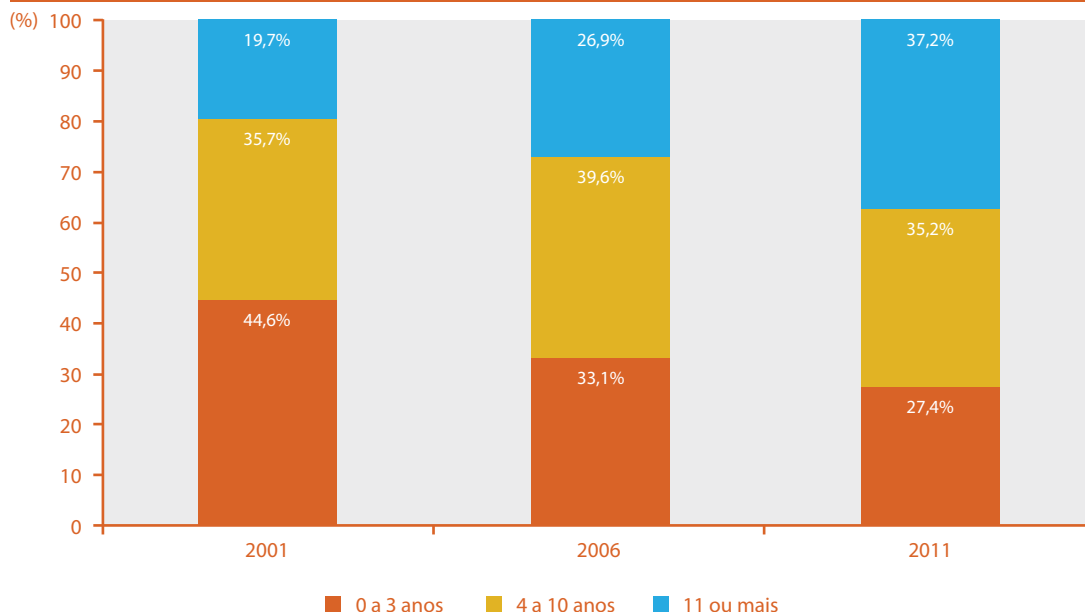
Fonte: IBGE—PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

Quando se observa a composição da população ocupada quanto ao nível de escolaridade, como mostra o Gráfico 7, percebe-se a mudança da estrutura entre os três anos analisados. Em 2001, a maior parte da população ocupada na Bahia tinha entre 0 e 3 anos de estudo (44,6%). Este grupo, em 2011, representava 27,4% do total de ocupados, uma redução significativa nos 10 anos em análise. Em 2006, a maior proporção era de trabalhadores com 4 a 10 anos de estudo (39,6%), e, em 2011, era o grupo com 11 anos ou mais de estudo que ocupava a maior parte das vagas no mercado de trabalho baiano (37,2%). Este grupo correspondia a somente 19,7% dos ocupados em 2001, revelando uma importante mudança estrutural no perfil do trabalhador baiano.

Outra mudança estrutural relevante no mercado de trabalho baiano, entre 2001 e 2011, diz respeito à composição da ocupação entre os setores de atividade econômica, sendo

² Foram considerados os ensinos regular e supletivo, educação de adultos, ensino superior, pós-graduação e pré-vestibular.

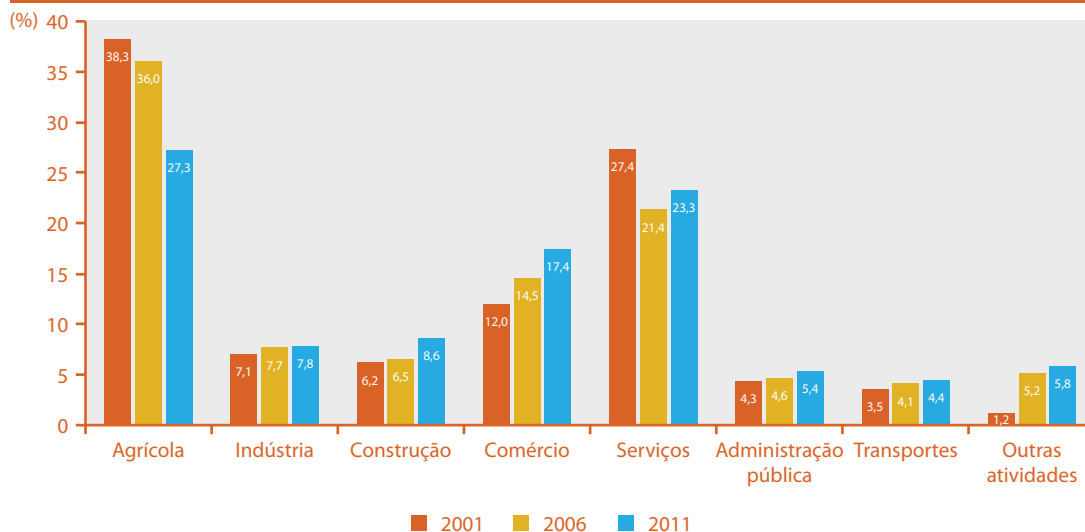
Gráfico 7
Distribuição da ocupação por grupos de escolaridade – Bahia – 2001/2006/2011



Fonte: IBGE–PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

verificada uma considerável perda de participação do setor agrícola no período analisado. No Gráfico 8, observa-se que, dos nove setores considerados, apenas o agrícola e o de serviços tiveram queda na participação entre os anos de 2001 e 2011. O primeiro teve redução de 38,3% para 27,3%, e o segundo, de 27,4% para 23,3%. Mesmo assim, estes dois setores continuam sendo os maiores empregadores no estado da Bahia, seguidos pelo comércio, que teve sua participação aumentada de 12% para 17,4% no período.

Gráfico 8
Distribuição total de ocupados por setor de atividade – Bahia – 2001/2006/2011

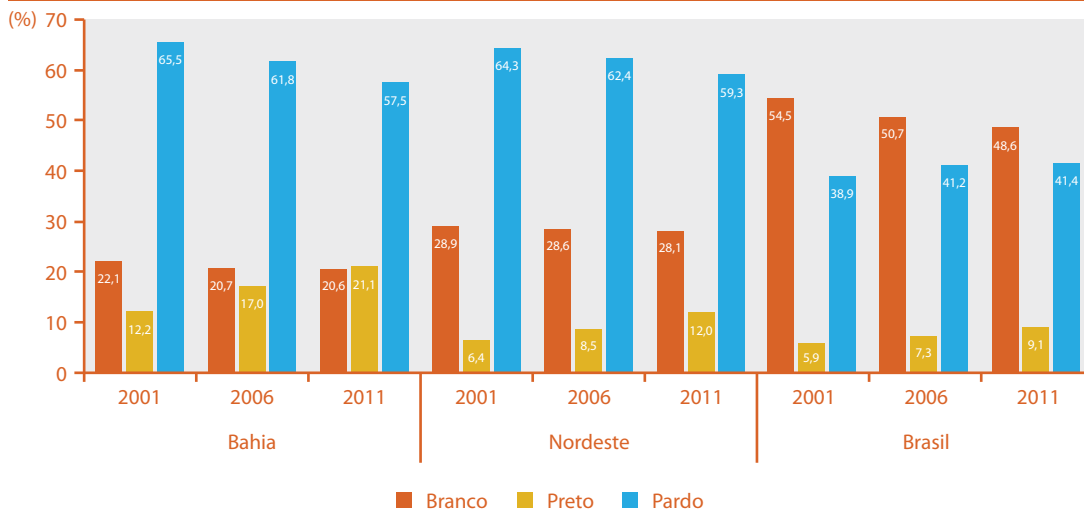


Fonte: IBGE–PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

A distribuição da população ocupada segundo sua cor ou raça pode ser vista no Gráfico 9, que considera brancos, pretos e pardos, desconsiderando amarelos e indígenas, dada a sua baixa relevância estatística na análise do estado. Quando se compara a evolução brasileira e a baiana, tem-se uma pequena diferença: enquanto na Bahia houve uma diminuição da participação na ocupação da população parda entre os anos de 2001 e 2011 (de 65,5% para 57,5%), no Brasil ocorreu uma elevação, de 38,9% para 41,4%, em detrimento de uma queda na participação dos brancos, de 54,5% para 48,6%. Na Bahia, a participação dos brancos teve uma pequena queda, de 22,1% para 20,6%. Nos dois níveis geográficos

houve um aumento da participação de pretos no mercado de trabalho, sendo esta elevação mais acentuada na Bahia, onde a participação subiu de 12,2% para 21,1%.

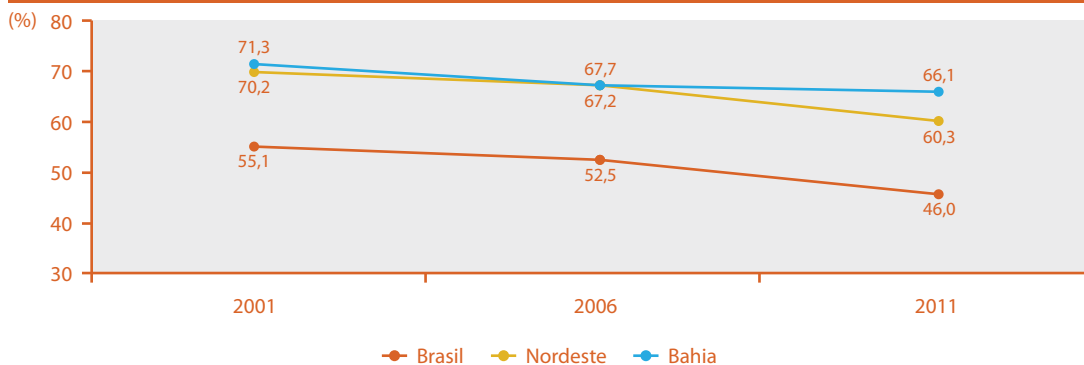
Gráfico 9
Distribuição total de ocupados por cor ou raça – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001/2006/2011



Fonte: IBGE—PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

O Gráfico 10 mostra a evolução do grau de informalidade³. Observa-se que a Bahia teve a maior proporção de trabalhadores empregados informalmente entre os três níveis geográficos em 2001 e 2011, sendo menor que o índice nordestino em 2006. Isto diz muito sobre a estrutura do mercado de trabalho baiano, que não acompanhou a queda acentuada do grau de informalidade observada no Brasil e no Nordeste.

Gráfico 10
Evolução do grau de informalidade – Brasil, Nordeste e Bahia – 2001/2006/2011



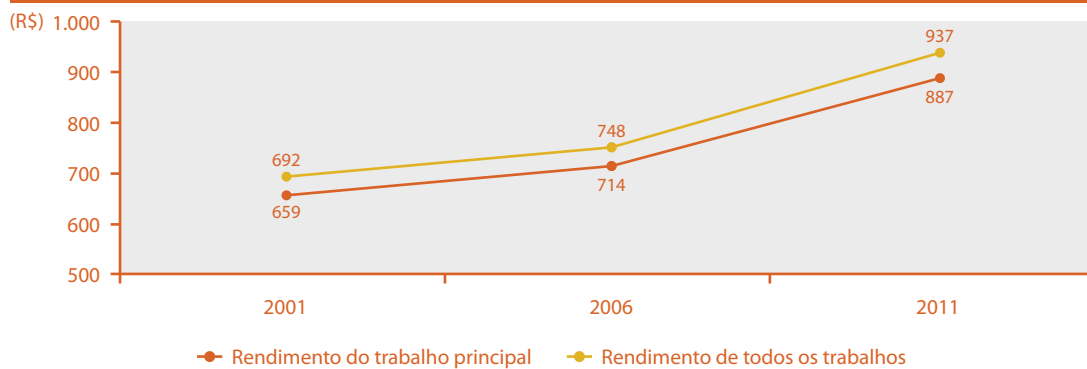
Fonte: IBGE—PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

O rendimento médio do trabalho principal na Bahia teve um crescimento real de aproximadamente 35% entre os anos de 2001 e 2011, como pode ser observado no Gráfico 11 e na Tabela 1, passando de R\$ 659 para R\$ 887, a preços de setembro de 2011. Este crescimento foi maior que o verificado no Brasil, que foi de aproximadamente 20%, porém, em valores absolutos, o rendimento médio do trabalho principal brasileiro ainda se mostra bastante superior, visto que passou de R\$ 1.116 em 2001 para R\$ 1.303 em 2011. O rendimento médio de todos os trabalhos acompanhou o movimento do rendimento médio do trabalho principal, passando de R\$ 692 em 2001 para R\$ 937 em 2011.

A Tabela 1 traz a evolução do rendimento médio real do trabalho principal na Bahia para subgrupos selecionados. Primeiramente, revela a diferença desta evolução entre homens

3 O grau de informalidade é definido aqui como a soma de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho assinada dividida pela soma dos trabalhadores por conta própria, sem carteira, com carteira, estatutários e militares (IPEA, 2012).

Gráfico 11
Evolução do rendimento médio do trabalho principal e de todos os trabalhos – Bahia – 2001/2006/2011



Fonte: IBGE–PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

e mulheres, mostrando que, ainda que o salário dos homens continuasse maior que o das mulheres em 2011, houve uma redução dessa diferença. O salário delas ficava em torno de 68% do deles em 2001, e esta proporção subiu para 75% em 2011, o que reflete o crescimento maior observado para o rendimento delas no período.

O rendimento por cor/raça mostra a diferença salarial entre brancos, pretos e pardos. Os primeiros tinham uma renda média duas vezes maior que a dos outros em 2001, verificando-se uma diminuição desta diferença em 2011. Observa-se que o rendimento dos pretos apresentou o maior crescimento no período analisado, passando de R\$ 506 para R\$ 746.

Entre os grupos de idade, os mais velhos continuam ganhando mais que o dobro dos mais jovens, que, apesar disso, obtiveram o maior crescimento da renda média no período (41,6%). Assim, os jovens entre 15 e 24 anos recebiam, em média, R\$ 351 em 2001 e R\$ 497 em 2011, enquanto os trabalhadores com 50 anos ou mais passaram de R\$ 771 para R\$ 1.064 de renda média no período.

Quanto à escolaridade, foi visto anteriormente que houve um aumento da participação daqueles com 11 anos ou mais de estudo no mercado de trabalho, porém observou-se uma queda no rendimento médio destes de 5,6%, passando de R\$ 1.445 para R\$ 1.364 entre 2001 e 2011. Já os com menor escolaridade, que tiveram sua participação diminuída substancialmente, obtiveram o maior aumento real da renda (33,1%), como pode ser visto na Tabela 1. Este resultado é reflexo da maior oferta de mão de obra qualificada, em detrimento dos trabalhadores de baixa escolaridade, cuja demanda é ampliada a partir do crescimento da construção civil.

Os moradores da zona urbana continuaram ganhando mais que o dobro dos moradores da zona rural baiana, ainda que estes últimos tenham apresentado um crescimento da renda média um pouco maior que aqueles, 26,3% e 31,6%, respectivamente.

Entre os setores de atividade, a maior renda média se manteve para os empregados na administração pública, com R\$ 1.589 em 2011, os quais também obtiveram o maior crescimento entre 2001 e 2011. Com o segundo maior salário médio, tem-se a indústria, seguida pelo comércio.

Já a ocupação melhor remunerada continuou sendo a de empregador, seguida pelos funcionários públicos e pelos trabalhadores com carteira assinada. O maior crescimento do rendimento médio observado no período foi entre os empregados sem carteira assinada, que passaram de R\$ 356 para R\$ 509.

Entre 2001 e 2011, podemos constatar algumas mudanças de cunho estrutural no mercado de trabalho da Bahia, como um substancial aumento da escolaridade média do trabalhador ocupado e a redução de participação do setor agrícola no total de emprego, em relação a setores mais dinâmicos. Estes fenômenos ocorreram em paralelo à ampliação da oferta

Tabela 1
Evolução do rendimento médio do trabalho principal – Bahia – 2001/2006/2011

	2001 (R\$)	2006 (R\$)	2011 (R\$)	Cresc. (%) 01-06	Cresc. (%) 06-11	Cresc. (%) 01-11
Bahia	659	714	887	8,36	24,30	34,69
Por gênero						
Homens	721	766	963	6,13	25,75	33,46
Mulheres	543	626	773	15,39	23,49	42,49
Por cor/raça						
Branco	1.033	1.028	1.300	-0,44	26,43	25,88
Pretos	506	592	746	16,95	26,02	47,38
Pardos	556	642	795	15,63	23,71	43,04
Por idade						
15 a 24 anos	351	380	497	8,19	30,89	41,61
25 a 49 anos	756	797	946	5,43	18,72	25,16
50 anos ou mais	771	859	1.064	11,47	23,76	37,96
Por escolaridade						
0 a 3 anos	333	371	443	11,42	19,46	33,10
4 a 10 anos	531	509	614	-4,10	20,59	15,64
11 anos ou mais	1.445	1.289	1.364	-10,77	5,84	-5,56
Por situação censitária						
Rural	334	368	439	10,16	19,45	31,59
Urbano	789	845	997	6,99	18,01	26,26
Por atividade						
Agrícola	338	377	425	11,68	12,60	25,74
Indústria	838	876	1.024	4,45	16,95	22,16
Construção	616	686	833	11,41	21,40	35,24
Comércio	745	732	862	-1,78	17,76	15,66
Serviços	730	672	801	-8,00	19,22	9,68
Administração pública	1.118	1.426	1.590	27,59	11,45	42,20
Por ocupação						
Com carteira	882	917	1.003	3,92	9,39	13,68
Sem carteira	356	399	509	11,96	27,66	42,93
Conta própria	515	498	642	-3,26	28,78	24,58
Empregador	2.511	2.799	3.334	11,48	19,10	32,76
Funcionário público	1.396	1.481	1.777	6,14	19,95	27,31

Fonte: IBGE – PNAD 2001, 2006 e 2011. Elaborado pela SEI/Dipeq/Copes a partir dos microdados.

de trabalho mais qualificado, que cresceu em virtude do aumento da escolaridade da população baiana. Uma vez que a renda do grupo mais escolarizado diminuiu em termos reais, inferimos que a demanda por trabalho qualificado não acompanhou o crescimento da sua oferta no período. Este fato revela a necessidade de o estado da Bahia fomentar setores mais complexos, com tecnologia que exija mão de obra mais qualificada, o que elevaria a remuneração média e o emprego deste tipo de trabalho, que cresceu no período, aparentemente, como reflexo do crescimento da escolaridade da população em geral, e não por conta de um significativo desenvolvimento produtivo e tecnológico.

Por fim, cabe destacar o peso das políticas de renda e de mercado de trabalho sobre as mudanças positivas no período analisado, que, aliadas ao desempenho econômico superior ao da década anterior, permitiram uma ampliação sem precedentes do emprego formal. De forma direta, as contínuas elevações do salário mínimo, em termos reais, e a ampliação da renda das populações mais pobres, através de transferência de renda, e, de forma indireta, toda política de aquecimento do mercado interno, cujos efeitos conjuntos se traduzem na expansão da classe média e no aumento da renda, podem ser referendadas como atuações de governo com impacto substancial sobre o mercado de trabalho brasileiro e baiano.

